

CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Nº FSUE - 99 – 2018 - 01

Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) - Apoio
na sequência dos incêndios que afetaram o Norte e o
Centro de Portugal Continental em 15 de outubro de 2017

INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

31.08.2018

Índice

Preâmbulo	3
1. Objetivos	3
2. Tipologia das operações	4
3. Entidades beneficiárias	4
4. Área geográfica de aplicação	4
5. Condições de acesso	4
6. Regras e limites à elegibilidade de despesas	5
7. Taxas de financiamento	5
8. Forma e limites dos apoios	6
9. Obrigações dos beneficiários	6
10. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas	6
11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas	7
12. Dotação indicativa do fundo a conceder	7
13. Pagamentos ao beneficiário	7
14. Divulgação de resultados e pontos de contacto	8
ANEXO I - Lista dos municípios elegíveis	9

Preâmbulo

Portugal sofreu durante o Verão de 2017 vários e prolongados incêndios florestais, especialmente nas regiões norte e centro, devido à reunião de diversas condições meteorológicas extremas, elevadas temperaturas, ventos muito fortes e baixa humidade relativa.

No dia 15 de outubro, Portugal enfrentou novamente condições meteorológicas extremas que causaram vários incêndios florestais simultaneamente em vários municípios das regiões Centro e Norte, consumindo quase tanta floresta quanto todos os incêndios que ocorreram em 2017 até outubro.

Estes incêndios atingiram proporções de calamidade, tanto do ponto de vista do alto número de vidas humanas perdidas e da perspetiva de destruição ambiental, bem como habitações, atividade económica e infraestrutura pública de serviços à população, com consequências ao nível de um elevado impacto económico, social e humano.

Nessa sequência foi preparado e apresentado pelo Estado Português à Comissão Europeia um pedido de contribuição financeira do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, de 11 de novembro de 2002, na sua atual redação.

O pedido de contribuição financeira do FSUE, apresentado pelo Estado Português, foi aprovado através da Decisão de Execução da Comissão CCI 2017PT16SPO001, de 20 de junho de 2018, que atribui a Portugal uma dotação global de cerca de 50,6 ME.

Para apoio à reposição de infraestruturas municipais, foram utilizados mecanismos de apoio para fazer face aos prejuízos provocados pelos incêndios de junho, através de financiamento comunitário dos fundos estruturais, e pelos incêndios de julho e agosto, através de fundos nacionais (Fundo de Emergência Municipal).

O presente concurso, a financiar através do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), destina-se a apoiar a reposição de infraestruturas municipais afetadas pelos incêndios de 15 de outubro, tendo sido elaborado ao abrigo do n.º1 do artigo 7.º do **Regulamento Nacional de Aplicação do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE)**, aprovado por Despacho do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão.

1. Objetivos

A apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso tem como objetivo financiar intervenções destinadas a compensar os danos decorrentes dos incêndios iniciados em 15 de outubro de 2017, a serem realizadas nas regiões norte e centro do Portugal Continental, para

reposição das infraestruturas danificadas de transportes, distribuição e abastecimento de água, equipamento urbano e outras infraestruturas municipais.

2. Tipologia das operações

São elegíveis ao apoio concedido através da subvenção do FSUE as operações essenciais de emergência e recuperação relativas ao restabelecimento do funcionamento das infraestruturas e equipamentos, nomeadamente nos domínios da distribuição e abastecimento de água e das águas residuais, comunicações, dos transportes (nomeadamente recuperação de estradas e outras vias danificadas pelos incêndios), da proteção civil, da saúde e do ensino e de outras infraestruturas e equipamentos municipais (nomeadamente equipamento urbano, de lazer, sinalética).

Entende-se por "restabelecimento do funcionamento" a reposição das infraestruturas e dos equipamentos nas condições anteriores à ocorrência da catástrofe natural. Caso não seja juridicamente possível ou não se justifique economicamente restabelecer a situação anterior à ocorrência da catástrofe natural, ou caso o Município decida realocar ou melhorar a funcionalidade da infraestrutura ou dos equipamentos afetados, a fim de melhorar a sua capacidade para resistir a futuras catástrofes naturais, apenas poderá ser considerada elegível a despesa associada à reposição da situação anterior ao incêndio.

3. Entidades beneficiárias

Os beneficiários dos apoios previstos no presente Aviso de concurso são os municípios, suas associações e as empresas municipais, com mais de 4.500 hectares ou de 10% de área ardida nos incêndios de 15 de outubro, conforme Anexo I.

4. Área geográfica de aplicação

O beneficiário do presente Aviso de concurso tem de estar localizado nas regiões norte e centro de Portugal Continental afetadas pelos incêndios ocorridos em 15 de outubro de 2017.

5. Condições de acesso

- a) As candidaturas são individuais;
- b) Os beneficiários têm de demonstrar o nexo de causalidade direta entre o desastre natural e os danos sofridos;

- c) Respeitar a tipologia de operações prevista no presente aviso de concurso;
- d) Dispor dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- e) Apresentar uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira.

6. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Relativamente às operações previstas no Ponto 2, sem prejuízo de situações inevitáveis de adoção de opções mais inovadoras e sustentáveis, apenas poderão ser consideradas elegíveis as despesas associadas à reposição das infraestruturas e dos equipamentos nas condições existentes na data da ocorrência da catástrofe natural.

Os custos relativos à preparação e execução das operações, inclusive os custos relativos a peritagens técnicas essenciais, são elegíveis como parte dos custos do projeto.

O custo total das operações deve ser apresentado líquido dos prejuízos cobertos por seguros e/ou pagos por terceiros.

Os apoios a conceder no âmbito do presente aviso, acrescidos dos apoios atribuídos por outros instrumentos de financiamento nacionais ou da União Europeia, não podem ultrapassar o custo total da operação.

Os apoios a conceder têm como referencial os prejuízos identificados no levantamento inicial realizados pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais do Centro e Norte, no quadro das dotações indicadas no ponto 12 do presente aviso.

O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) não constitui uma despesa elegível de uma operação, a não ser que não seja recuperável nos termos da legislação nacional em matéria de IVA.

O período de elegibilidade das operações a apoiar ao abrigo do presente Concurso tem início a 15 de outubro de 2017 e termina em junho de 2019.

7. Taxas de financiamento

As despesas elegíveis identificadas no ponto anterior são financiadas a 100% pelo FSUE.

8. Forma e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito do presente regulamento revestem a natureza de uma subvenção não reembolsável de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.

Conforme referido no ponto 6, na definição dos montantes de incentivos a atribuir, será tido em conta o valor de prejuízos deduzido das indemnizações dos seguros/pagamentos por terceiros.

9. Obrigações dos beneficiários

- 1 – Executar as operações nos termos e condições aprovados.
- 2 - Permitir o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado.
- 3 - Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação.
- 4 - Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos a contar da data do encerramento do Programa.
- 5 - Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria.
- 6 – Quando aplicável, cumprir os normativos em matéria de contratação pública relativamente à execução dos projetos.
- 7 - Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas.

10. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

As candidaturas são submetidas pelos beneficiários por via eletrónica, através do portal do Portugal 2020.

A decisão final da Autoridade de Gestão do Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT 2020) é precedida de parecer vinculativo das respetivas CCDR relativamente às operações enquadradas na sua área geográfica de atuação, cabendo-lhes ainda assegurar o seu acompanhamento e verificação.

Serão objeto de seleção as candidaturas consideradas elegíveis em matéria de enquadramento do beneficiário e do projeto, até ao limite da dotação prevista no ponto 12.

Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão final, os candidatos são ouvidos no procedimento, observando as disposições do Código do Procedimento Administrativo relativas à audiência dos interessados, nomeadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação da candidatura é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

A apresentação da candidatura decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 18H00 do dia 31 de dezembro de 2018.

12. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação FSUE a alocar ao presente aviso é de 24.100.000€ (vinte e quatro milhões e cem mil euros):

- Municípios da região Centro: 22.600.000€
- Municípios da região Norte: 1.500.000€

13. Pagamentos ao beneficiário

Os pedidos de pagamento são apresentados pelo beneficiário no Balcão Portugal 2020, podendo ser efetuados a título de adiantamento e de saldo, de acordo com o seguinte:

- a) Adiantamento - com a contratualização do apoio e a comunicação do início da operação, poderá ser concedido um adiantamento inicial no montante equivalente a

25% do montante da decisão de financiamento aprovada, mediante apresentação do respetivo pedido;

- b) Reembolso das despesas efetivamente incorridas e pagas, até ao limite de 95% do montante da decisão de financiamento aprovada
- c) Saldo - o reembolso do saldo final que vier a ser aprovado.

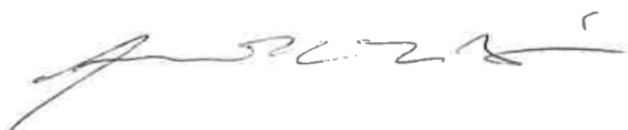
14. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) A pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados deste concurso.

31 de agosto de 2018

Presidente da Comissão Diretiva do programa Operacional Assistência Técnica



António Costa Dieb

ANEXO I - Lista dos municípios elegíveis

Região Norte

- Arouca
- Castelo de Paiva
- Monção

Região Centro

- Arganil
- Cantanhede
- Carregal do Sal
- Fornos de Algodres
- Góis
- Gouveia
- Guarda
- Lousã
- Mangualde
- Mira
- Mortágua
- Nelas
- Oleiros
- Oliveira de Frades
- Oliveira do Hospital
- Pampilhosa da Serra
- Penacova
- Santa Comba Dão
- Seia
- Sertão
- Tábua
- Tondela
- Vagos
- Vila Nova de Poiares
- Vouzela